

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 2174/2018-PGJ, DE 26.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Miguel Vieira da Silva 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 3, 8, 9.7, 24 e 25.11.2017, a serem usufruídos nos dias 23, 24, 25, 26 e 27.7.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2175/2018-PGJ, DE 26.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2011/2012, a serem usufruídos no período de 2 a 11.7.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2144/2018-PGJ, DE 22.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Marcos Roberto Dietz 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 2013/2018, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/2151/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2177/2018-PGJ, DE 26.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Gisleine Dal Bó 4 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 13.6.2018, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2176/2018-PGJ, DE 26.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1878/2018-PGJ, de 4.6.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de junho de 2018, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
30.6 e 1º.7.2018	2ª PJ de Nova Andradina	Paulo Leonardo de Faria	98478-2048

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
30.6 e 1º.7.2018	1ª PJ de Nova Andradina	Alexandre Rosa Luz	98478-2042

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2178/2018-PGJ, DE 26.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 17º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Gustavo Camacho Terçariol, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar nos autos do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001552-0, em trâmite perante a 16ª Promotoria de Justiça da referida comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2180/2018-PGJ, DE 26.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2047/2018-PGJ, de 15.6.2018, na parte que concedeu o 1º período de férias à Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini, que seriam usufruídas de 6 a 25.8.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2181/2018-PGJ, DE 27.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2005 a 6 de janeiro de 2006, a serem usufruídos nos dias 4, 5 e 6.7.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2182/2018-PGJ, DE 27.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Alexandre Estuqui Junior	10, 11 e 12.10.2015	2, 3 e 4.7.2018
Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha	20.9.2015 e 26.9.2017	26 e 27.7.2018
Eduardo de Araujo Portes Guedes	1º, 7, 8 e 14.2.2015	17, 18, 19 e 20.7.2018
Plinio Alessi Junior	24, 25, 26, 27 e 28.4.2018	23, 24, 25, 26 e 27.7.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2189/2018-PGJ, DE 27.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça da comarca de Nioaque, Mariana Sleiman Gomes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na sessão plenária da 2ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Campo Grande, no dia 28.6.2018, referente à Ação Penal nº 0040369-67.2016.8.12.0001.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2191/2018-PGJ, DE 27.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Ribas do Rio Pardo, George Zarour Cezar, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Terenos, no período de 17 a 20.7.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2192/2018-PGJ, DE 27.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 18.6.2018, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2187/2018-PGJ, DE 27.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 33/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Marlon Eduardo D’Andrea Santos, Chefe do Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas; 3) Fiscal Técnico – Elvey Tessaro Andrade, Analista/Engenharia Elétrica; 3.1) Suplente – Bruno Zanatto Macedo, Analista/Engenharia Elétrica (Processo PGJ/10/1745/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2188/2018-PGJ, DE 27.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 37/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 2) Fiscal – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Marlon Eduardo D’Andrea Santos, Chefe do Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas (Processo PGJ/10/1930/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2193/2018-PGJ, DE 27.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os servidores Emerval Carmona Gomes, Analista; Hermes Alencar de Lima, Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz e Lygia Mara Rosa da Silva Moraes, Técnicos I; Gladys Esmelda Barrios Amarilha, Técnico II; e Cleber do Nascimento Gimenez, Auxiliar, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Permanente de Licitação em atendimento aos preceitos estabelecidos na Lei nº 8.666, de 21.6.1993, no período de 1º.7.2018 a 30.6.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 2183/2018-PGJ, DE 27.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Handreza Oviedo Alves Martins, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 14ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 15ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 27.8 a 5.9.2018, em razão de férias da servidora Ellen Beatriz do Nascimento Oliveira Rotta; e tornar sem efeito a Portaria nº 1771/2018-PGJ, de 22.5.2018, que designou a referida servidora.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2184/2018-PGJ, DE 27.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ellen Beatriz do Nascimento Oliveira Rotta, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 15ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 14ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 9 a 18.7.2018, em razão de férias da servidora Handreza Oviedo Alves Martins.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2185/2018-PGJ, DE 27.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Lucilene Spolladore Schuhmann, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Paranaíba, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 16 a 25.7.2018, durante as férias da servidora Vivian Sheilis Bögger Queiroz.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2186/2018-PGJ, DE 27.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ana Gabriela Kiyomura Merlin, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Auditoria Interna, nos dias 14 e 15.6.2018, em razão de licença para tratamento de saúde e compensatória referente a banco de horas da titular, Rosimara Bandeira Vasques de Almeida.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 12/2018/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º, inciso IX do art. 15, e inciso I do art. 63, c/c art. 77, todos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, comunica, aos Promotores de Justiça de primeira entrância que, dentro do prazo de CINCO DIAS, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que aspiram à promoção pelo critério de merecimento para a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim, segunda entrância.

Campo Grande, 27 de junho de 2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PAUTA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 3 DE JULHO DE 2018, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:**6.1. Expedientes encaminhados para apreciação:****1. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- **Ofício nº 17/2018/4ª PJDOS, de 5.6.2018.**

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- **Ofício nº 0075/2018/02PJ/NDI, de 12.3.2018.**

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:

- **Ofício nº 015/2018/1ª PJPba, de 19.1.2018.**

4. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais:

- **Ofício nº 023/2018/CPJ-Criminais, de 25.6.2018, em atenção ao §1º do artigo 8º da Resolução nº 002/2012/CPJ, de 3.5.2012, encaminha cópia da Ata nº 004/2018, referente à reunião da **Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais**, realizada em 30.5.2018.**

6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:**1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000973-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001092-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001119-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001286-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001290-0.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001986-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002241-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001154-1.

3. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001657-0.

4. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001768-3.

5. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004097-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004145-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004362-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001343-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001346-5.

6. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000958-0.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001605-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001788-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001612-5.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001780-2.

9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004135-7.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001301-0.

11. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003634-3.

12. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004075-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001370-0.

13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001434-2.

14. Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000936-1.

15. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001320-0.

16. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00000587-9.

17. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002853-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000047-0.

18. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004359-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001713-5.

19. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001993-7.

20. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001378-7.

6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios:**6.3.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000794-8.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001011-6.

3. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000156-8.

6.3.2. CONSELHEIRO BELMIRE SOLES RIBEIRO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000628-2.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000916-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001020-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002230-5.

6.3.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000988-0.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001900-0.

6.3.4. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**a. Expedientes retirados de pauta na reunião do dia 26.6.2018, por ausência justificada da Relatora:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 32/2015.
- Inquérito Civil nº 36/2015.
- Inquérito Civil nº 54/2014.

6.3.5. CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Inquérito Civil nº 54/2014.

2. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000050-0.

6.3.6. CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002169-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000827-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002167-2.

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000413-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000790-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000791-5.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001071-3.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000115-0.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000800-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000731-5.

4. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000844-7.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001420-5.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000108-7.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001399-0.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000526-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000632-7.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 26/2016.

8. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000087-0.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001057-5.

9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000217-9.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000689-3.

11. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000931-3.

12. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001281-8.

13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001011-6.

14. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000985-7.

15. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

- Inquérito Civil nº 14/2016.

16. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000893-6.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002001-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000920-2.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000964-6.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000995-7.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000997-9.

6.3.7. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

a. Expedientes retirados de pauta na reunião do dia 26.6.2018, por ausência justificada da Relatora:

1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 45/2015.
- Inquérito Civil nº 76/2012.
- Inquérito Civil nº 10/2014.

b. Expedientes:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul:**

- Inquérito Civil nº 2/2014.

2. 28ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000611-0.

6.3.8. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000155-7.

2. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001909-9.

7. Ordem do dia:**7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Julgamento de processo:****1. Processo PGJ/10/1639/2016**

Requerentes: Promotores de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda e Eduardo Fonticielha de Rose

Assunto: Licença para elaboração de trabalho final do curso de “Mestrado em Garantismo, Direitos Fundamentais e Processo Judicial, oferecido pela Universidade de Girona/Espanha, em parceria com IDH, Instituto de Direito e História”.

Relator Conselheiro: Edgar Roberto Lemos de Miranda

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.1. Processo com pedido de prorrogação de prazo:****1. Inquérito Civil nº 8/2010**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Myrtes Pacheco de Barros e Raquel Pacheco Barros, fazenda Santa Virgínia

Assunto: Verificar a regularidade da reserva legal, em campo e junto ao CRI, bem como a existência de desmatamento de 209,16 hectares sem a autorização do órgão ambiental competente.

Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva

Retirado de pauta na reunião do dia 26.6.2018, por ausência justificada da Relatora.

7.2.2. Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 19/2016**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes

Assunto: Apurar as condições de higiene e segurança nas instalações do prédio do Ginásio de Esportes, do prédio da Biblioteca Pública Municipal e da edificação utilizada como banheiro público na praça Municipal Joaquim Pedro Campo, bem como acompanhar a reforma e ampliação do prédio da Biblioteca Pública Municipal Francisco Antônio de Souza, todos localizados no município de Bandeirantes.

2. Inquérito Civil nº 52/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jaraguari

Assunto: Apurar o funcionamento do Telecentro Municipal de Jaraguari.

3. Inquérito Civil nº 88/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Imóvel sem denominação, de propriedade de Jofre Moretti Filho

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel sem denominação, de propriedade de Jofre Moretti Filho, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

4. Inquérito Civil nº 37/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Floresta

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Floresta, de propriedade de Mauro Martins da Silveira, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

5. Inquérito Civil nº 51/2013

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Evangélico

Assunto: Apurar a eventual falta de médicos especialistas em ortopedia e urologia no âmbito do Sistema Único de Saúde em Dourados/MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000694-5 – SIGILOSO

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

7. Inquérito Civil nº 06.2015.00000382-2 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

8. Inquérito Civil nº 06.2017.00001287-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Naviraí

Assunto: Apurar a notícia da ocorrência de irregularidades na contratação de servidores públicos para o cargo de assistentes sociais por meio de teste seletivo em descumprimento do previsto no artigo 37, IX, da Constituição Federal e na Lei Municipal nº 934/99.

9. Inquérito Civil nº 06.2017.00001380-6 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

10. Inquérito Civil nº n. 06.2017.00000841-4

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Suziane de Almeida Barros

Assunto: Apurar a notícia indicativa de irregularidade urbanística consistente na existência de estabelecimento que comercializa bebidas alcoólicas no Conjunto Residencial Dioclésio Artuzi II, Rua 7, n. 2320, sem os alvarás necessários para funcionamento.

7.2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:**1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000147-9**

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar degradação ambiental em área de preservação permanente do Córrego Bandeira, área úmida e veredas localizadas na propriedade do Município de Campo Grande/MS, inscrições imobiliárias nº 09102410014, nº 09102410022 (Lote A1), nº 09102410189 (Lote A2), nº 09102410332 (Lote A3), nº 09102410480 (Lote A4), nº 09102410634 (Lote A5), nº 09102420010 (Lote A6), nº 09102020176 (Lote A7), nº 09102420338 (Lote A8) e nº 09110120017 (ELUP).

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001963-3 – SIGILOSO

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000203-8 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001780-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Taycuru

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Fazenda Taycuru”, no que tange à área de reserva legal, área de preservação permanente e conservação solo, bem como verificar a responsabilidade civil do requerido, em razão da supressão de vegetação sem autorização ambiental.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001790-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mário Corrêa Barbosa

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Fazenda Sombra da Serra”, no que tange à área de reserva legal, área de preservação permanente e conservação solo, bem como verificar a responsabilidade civil do requerido, em razão da supressão de vegetação sem autorização ambiental.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000649-0

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar a infringência às normas de postura municipal em razão das más condições de tráfego na ponte da Rua Cajá-Manga localizada entre os bairros Residencial Ponta Porã I e Vila Renô.

7. Inquérito Civil nº 06.2016.00001029-3 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

8. Inquérito Civil nº 43/2013

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar eventual nepotismo na contratação de empresa de limpeza urbana pelo município de Coxim/MS.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00001138-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: LR Agropecuária Ltda.

Assunto: Avaliar as providências necessárias em relação a processo erosivo identificado na “Fazenda Santa Inês do Pindó” (Mat. 23.723 CRI/Naviraí), pertencente à “LR Agropecuária Ltda.”.

7.2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Inquérito Civil nº 18/2011

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Banco Pontual e o município de Dourados

Assunto: Apurar eventual irregularidade em precatório oriundo de empréstimo contraído pelo município de Dourados e o extinto Banco Pontual.

2. Inquérito Civil nº 15/2014

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerentes: Associação dos Produtores Rurais e Moradores do Distrito de Congonhas e a Associação Comunitária São Pedro

Requerida: REPRAM- Reciclagem e Preservação Ambiental Ltda.

Assunto: Apurar o fiel cumprimento da legislação ambiental no que concerne à instalação e operação de um aterro sanitário na fazenda Capim Branco, matrícula nº 10.299, situada no município de Bandeirantes/MS, bem como a extensão do dano ambiental que a atividade potencialmente poluidora irá gerar na comunidade do Distrito de Congonhas.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001595-5 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000528-7

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Deodápolis

Assunto: Apurar possível violação do direito social à educação, inerentes às crianças e adolescentes residentes na estrada vicinal nominada 14.ª Linha Nascente, consistente na privação destas do adequado acesso ao transporte escolar, em razão da falta de manutenção da mencionada estrada, bem como em razão da falta de manutenção da ponte sobre o córrego Eretã.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00000465-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edmarço Gomes

Assunto: Apurar dano ao meio ambiente decorrente de desmatamentos irregulares na Bacia Hidrográfica do rio Paraná, região do Município de Deodápolis.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00002081-8

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidades, consistentes na inserção de cláusulas restritivas, no Processo n.º 161/2017/DL/PMD, na modalidade Concorrência objeto do edital 005/2017, que tem por objeto a outorga de concessão para exploração de serviços funerários no Município de Dourados MS.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000095-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Bonito

Assunto: Apurar dispensa indevida de licitação para contratação da banca FAPEC para realização de concurso de provas e títulos para provimento de cargos na Câmara Municipal de Bonito.

8. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001983-3

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo no âmbito da Câmara Municipal de Campo Grande - MS, uma vez que André Luiz Scaff ocuparia o cargo em comissão de Coordenador-Geral de Apoio Jurídico e aparentemente havia parentes nomeados para cargos em comissão naquele órgão.

9. Inquérito Civil nº 22/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Nossa Senhora Aparecida, de propriedade de Rita de Cássia Chagas Ferreira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Nossa Senhora Aparecida. 7

10. Inquérito Civil nº 19/2009

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rancho Treze Miranda, conhecido como Rancho do Mauro

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do Rancho Treze Miranda, de propriedade de Valter Artioli e outros, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

11. Inquérito Civil nº 22/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Marcelo Martins

Requeridos: Construtora Aurora Eirelli - Epp e o município de Bonito

Assunto: Apurar possível prejuízo ao erário em razão de eventuais irregularidades técnicas na construção do sistema de drenagem urbana de águas pluviais na Vila Boa Vista, neste município de Bonito/MS.

7.2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**a. Processos retirados de pauta na reunião do dia 26.6.2018, por ausência justificada da Relatora:****1. Inquérito Civil nº 22/2011 - SIGILOS**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

2. Inquérito Civil nº 41/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades ocorridas na gestão pública no município de Douradina/MS, sobretudo fraude no procedimento licitatório tomada de preços nº 003/2013, o qual teve como objeto a contratação de serviços de publicidade.

3. Inquérito Civil nº 25/2009

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo Afonso de Andrade Cunha, fazenda Ranchinho Verde e a fazenda Rancho do Planalto

Assunto: Apurar eventual extração de cascalho sem a devida autorização.

4. Inquérito Civil nº 58/REM/2009

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Carlos Patrício de Miranda

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente e presença de processos erosivos em vários pontos do imóvel.

5. Inquérito Civil nº 3/REM/2011

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Duas Irmãs I

Assunto: Apurar regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente, bem como presença de processos erosivos.

6. Inquérito Civil nº 42/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Ernane Alencar

Assunto: Apurar denúncia de degradação ambiental provocada por uma construção na avenida Filinto Muller.

7. Inquérito Civil nº 4/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da coleta, tratamento e disposição dos resíduos sólidos urbanos no município de Coxim/MS, assim como a ausência de implantação da coleta seletiva com a criação e participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

8. Inquérito Civil nº 26/2014

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fredson Brandão Vasconcellos & Cia Ltda.- ME, Espaço Aldeia, Fredson Brandão Vasconcelos, João Paulo dos Santos Paz e Tiago Pizzini Casarotti

Assunto: Registrar notícia indicativa de realização de atividade comercial Espaço Aldeia (festa e show), descumprindo com as condicionantes da licença ambiental.

9. Inquérito Civil nº 2/2014

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Operadora de Telefonia Vivo

Assunto: Apurar eventuais deficiências na prestação de serviços da Operadora de telefonia VIVO.

10. Inquérito Civil nº 12/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Aponta irregularidade relatada no desvio de verbas públicas na reforma na ponte de madeira sobre o córrego Laranja Doce – denominada Maria Curandeira, no município de Douradina.

11. Inquérito Civil nº 6/2011

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Log Engenharia Ltda., e empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul

Assunto: Fiscalizar o correto funcionamento da estação de esgoto (ETE), localizada na rua Oito de Maio, em Anastácio.

12. Inquérito Civil nº 45/2005

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Nandehara

Assunto: Apurar ocorrência de dano ambiental, consistente em provocação e falta de medidas preventivas e de conservação do solo (processo erosivo) no imóvel rural (Fazenda Nandehara).

13. Procedimento Preparatório nº 17/2010

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Vale Verde

Assunto: Apurar a notícia oriunda do Núcleo de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto-PGJ/MS de eventual ilícito ambiental na fazenda Vale Verde, localizado em Bodoquena, a necessidade de regularizar a área de reserva legal junto ao órgão ambiental.

14. Inquérito Civil nº 9/2012

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: AGETRA - Agência Municipal de Transporte e Trânsito

Assunto: Apurar eventuais irregularidades referente ao péssimo atendimento oferecido pelos taxistas que trabalham no Aeroporto Internacional de Campo Grande-MS, bem como o baixo número de veículos credenciados no ponto de taxi em relação ao número de usuários.

15. Inquérito Civil nº 8/2015

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Iracema Massae Kaida e o município de Campo Grande

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Chácara Expedito”, pertencente a Iracema Massae Kaida, localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS.

16. Inquérito Civil nº 10/2016

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sete Quedas

Assunto: Apurar omissão do município de Sete Quedas no tocante a entrega de medicamentos de pacientes aos polos regionais, bem como eventual improbidade administrativa por parte do Secretário de Saúde e do representante do Poder Executivo Municipal.

17. Inquérito Civil nº 40/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Lucero

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Lucero, de propriedade de Jarbas Alves Martins de Souza, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

18. Inquérito Civil nº 11/2009

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Clube de Pesca

Assunto: Apurar as irregularidades ambientais no rancho leme, localizado no município de Anastácio.

19. Inquérito Civil nº 6/2016 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Pedro Gomes.

20. Inquérito Civil nº 32/2011

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Sombra da Serra, de propriedade da empresa L.Z. Agropecuária Ltda. (antiga propriedade de Luiz Guilherme Zancaner)

Assunto: Apurar a degradação ambiental consistente em supressão ilegal de floresta em área de reserva legal e supressão vegetal nativa em área do Bioma do Pantanal.

21. Inquérito Civil nº 1/2017

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Roselaine Covo Teixeira e Wellington Ramos

Assunto: Apurar denúncia de irregularidade na nomeação do chefe da Corregedoria da Guarda Municipal de Corumbá, em desacordo com o artigo 5º do Decreto Municipal nº 993/2011.

22. Inquérito Civil nº 12/2011

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Manoel Neco

Assunto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes do termo de ajustamento de conduta firmado no PIP 004/PJMA/2007, a fim de sanar as irregularidades ambientais oriundas da reforma (limpeza) em açudes, sem autorização do órgão ambiental competente, na Chácara Baixadão, município de Miranda/MS, de propriedade de Manoel Neco.

23. Inquérito Civil nº 14/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Márcio Faustino de Queiroz, Prefeito Municipal

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa perpetrada pelo Prefeito Municipal de Bandeirantes Márcio Faustino de Queiroz, porque não teria providenciados serviços de coveiro e outras medidas necessárias para enterrar os corpos de D.V.R., e R.P.B, no cemitério municipal.

24. Inquérito Civil nº 8/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades quanto ao descumprimento de cláusula contratual que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de monitores de aluno no transporte escolar municipal por parte da empresa requerida, a eventual omissão do Poder Público na fiscalização do cumprimento da referida obrigação, e atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

25. Inquérito Civil nº 32/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santa Lúcia, propriedade de José Carlos Mascarello

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Santa Lúcia.

26. Inquérito Civil nº 25/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Perdizes, propriedade de Sandra Suely Ferreira Yenes

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Perdizes.

27. Inquérito Civil nº 11/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda São José, de propriedade de Israel Antonini

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda São José.

28. Inquérito Civil nº 5/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Palmeira, propriedade de Agostinho Dametto

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Palmeira.

29. Inquérito Civil nº 51/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Amambai, de propriedade de Waldir Silveira Dutra

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Amambai.

30. Inquérito Civil nº 66/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Flor do Ipê, propriedade de José Antônio Busato

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Flor do Ipê.

31. Inquérito Civil nº 13/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Silvio Eduardo Urani

Assunto: Apurar a regularidade do desmatamento de 57,15 hectares em área de vegetação nativa e a abertura de estrada, haja vista que não corroborada a existência de autorizações ambientais, bem como solicitar e acompanhar as providências no pedido de autorização ambiental para supressão vegetal e substituição de pastagens nativas no imóvel rural fazenda São Sebastião, pertencente a Marcos Fernando Marçal dos Santos, empreendimento nº 14606.

32. Procedimento Preparatório nº 6/2015

2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Procedimento Preparatório 08/2014 entre esta Promotoria de Justiça de Bataguassu e o município de Santa Rita do Pardo tendo como objeto “a cessão de irregularidades encontradas no abrigo dos idosos, quando administrado pela ACOVALE - Associação Comunitária Vale da Benção, nas inspeções da Vigilância Sanitária Municipal.

33. Inquérito Civil nº 6/2012

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Sandra Aparecida de Araújo e Pinto

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Nossa Senhora do Carmo, que margeia o Rio Amambai, localizada neste Município, como também para adoção de medidas necessárias à regularização do referido imóvel, de acordo com as normas ambientais vigentes.

34. Inquérito Civil nº 06.2015.00000288-9 - SIGILOS

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e da comarca de Campo Grande

35. Inquérito Civil nº 06.2016.00000477-0 - SIGILOS

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e da comarca de Campo Grande

36. Inquérito Civil nº 06.2016.00000504-6 - SIGILOS

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

37. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000496-2 - SIGILOS

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

38. Inquérito Civil nº 06.2015.00000121-3

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em reajustamentos e termos aditivos superfaturados em relação à iluminação pública na cidade de Campo Grande/MS, bem como em relação ao fato de as lâmpadas de natal não terem sido compradas, por já estarem no depósito da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transportes e Habitação - SEINTRHA.

39. Inquérito Civil nº 06.2016.00000246-0 - SIGILOS

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

40. Inquérito Civil nº 06.2016.00001603-2 - SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

41. Inquérito Civil nº 06.2017.00000388-5 - SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

42. Inquérito Civil nº 06.2015.00000304-4 - SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

43. Inquérito Civil nº 06.2016.00000819-8 - SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

44. Inquérito Civil nº 06.2017.00000456-2 - SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

45. Inquérito Civil nº 06.2017.00000540-6 - SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

46. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000903-5 - SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

47. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001448-2

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no funcionamento do Centro de Especialidades Odontológicas II Silvia Regina, notadamente a presença dos profissionais necessários à execução dos serviços, bem como a existência dos aparelhos e insumos apontados na Portaria MS 1.570/2004.

48. Inquérito Civil nº 06.2016.00001376-8

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade de loteamento localizado na BR 262, Km 12, Zona Rural, Campo Grande, MS.

49. Inquérito Civil nº 06.2017.00000446-2

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN)

Assunto: Apurar a data em que serão convocados para posse os candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos para Provimento do Cargo de Agente Penitenciário Estadual do Quadro de Pessoal da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN).

50. Inquérito Civil nº 06.2016.00000155-0 - SIGILOSO

9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Dourados

51. Inquérito Civil nº 06.2015.00000277-8

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na obra realizada pela empresa concessionária de serviços públicos, consistente na construção de um estacionamento na BR 163, KM 267, parte do lote 11 (aos fundos da Polícia Rodoviária Federal), em Dourados-MS.

52. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00001498-9

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade do Procedimento Licitatório na modalidade de Tomada de Preço n. 16/2015 - Contrato n. 309/2015/DL/PMD que resultou na contratação da empresa EXO – Treinamento e Gestão Organizacional Ltda, pelo Município de Dourados.

53. Inquérito Civil nº 06.2016.00000038-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gilberto Aparecido Bonfim

Assunto: Apurar a ocorrência de atividade ilegal de carvoejamento no lote 699 do assentamento Teijin, Distrito de Nova Casa Verde, em Nova Andradina/MS, por Gilberto Aparecido Bonfim.

54. Inquérito Civil nº 06.2017.00001352-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Alice Gomes

Assunto: Apurar a ocorrência de poluição sonora em eventos realizados no estabelecimento comercial conhecido como "Alice Festas", em Nova Andradina/MS.

55. Inquérito Civil nº 06.2016.00000347-0

1ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Douradina

Assunto: Apurar eventual falta de acessibilidade no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) Casa da Família do Município de Douradina/MS.

56. Inquérito Civil nº 06.2016.00001547-7 - SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

57. Inquérito Civil nº 06.2017.00000591-7

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Santa Rita do Pardo

Assunto: Apurar eventual omissão dos agentes integrantes da rede de proteção do Município de Santa Rita do Pardo em relação ao atendimento da criança S.A.S constatada durante estudo social realizado nos autos da ação de guarda nº 0800746-48.2017.8.12.0026.

58. Inquérito Civil nº 06.2017.00001074-2 - SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

59. Inquérito Civil nº 06.2017.00001173-0 - SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

60. Inquérito Civil nº 06.2018.00000740-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual insegurança na ponte sobre o Rio Formoso e diligenciar acerca da existência de certificado de vistoria quanto ao empreendimento Hotel Fazenda Rio Formoso.

61. Inquérito Civil nº 06.2017.00001785-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Anunciades Correa Ferreira

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Rancho Alegre, localizado neste município, no que tange à área de reserva legal, área de preservação permanente e conservação do solo, bem como, verificar a responsabilidade civil do requerido, em razão da supressão de vegetação sem autorização ambiental.

62. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001242-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta situação de nepotismo, caracterizada, segundo a denúncia, pela relação de parentesco entre determinada coordenadora pedagógica e o secretário de educação do município de Bodoquena/MS.

63. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001265-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sérgio Bueno

Assunto: Apurar possível ocorrência de dano ambiental decorrente de supressão de vegetação da área de Reserva Legal da Fazenda Sossego, sem o devido licenciamento.

64. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001024-2

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar eventuais ofensas a direitos e garantias individuais do adolescente G.M.S., portador de necessidades especiais, no que concerne ao acesso à educação.

65. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001306-1

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar os fatos noticiados por meio da manifestação n. 11.2017.00000561-6, registrada perante a Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

66. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001445-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade no ato normativo municipal que concedeu isenção de imposto a algumas empresas instaladas no município de Sidrolândia.

67. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001678-0

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Inocência

Assunto: Apurar possível inexistência de capacitação da equipe multiprofissional integrante do Serviço de Acolhimento Provisório – “Família Acolhedora”, bem como ausência de cursos de formação às famílias cadastradas no aludido programa.

68. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001902-2

7ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Comercial São Paulo Minas Veículos Ltda-ME

Assunto: Apurar eventual fraude contra consumidores pela empresa Comercial São Paulo Minas Veículos Ltda-ME, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, 1459, sobreloja, sala 01, Centro, Andradina/SP.

69. Inquérito Civil nº 06.2017.00001714-6 – SIGILOS

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

b. Processos:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000107-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Basílio Salviano Pereira Ribeiro

Assunto: Investigar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Limoeiro relativamente à instituição de área de reserva legal e conservação das áreas de preservação permanente, bem como possível desmatamento irregular de 27,80 hectares em Ponta Porã.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001775-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agropecuária JCG Ltda

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda São José, em Iguatemi, e viabilizar a adoção de providências para sua reparação.

7.2.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000509-0 – SIGILOS

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000962-0 – SIGILOS

17ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Dourados

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001086-4

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual atraso nos repasses mensais do Município de Campo Grande para a Casa Lions Clube Campo Grande (residência inclusiva).

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001258-4

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Verde de Mato Grosso

Assunto: Apurar eventual descumprimento, pelo Município de Rio Verde de Mato Grosso, do disposto no artigo 36, § 5º da Lei Complementar n. 141/2012.

7.2.2.6. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. Inquérito Civil nº 28/2011

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Leirton Faustino Nogueira, Estância Letícia

Assunto: Apurar a existência de possíveis irregularidades referentes a Autorização Ambiental nº 085/2007 emitida pelo IMASUL.

2. Inquérito Civil nº 76/2014

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Campo Grande

Requerente: Fábio Castro Leandro

Requerido: Ivandro Correa Fonseca

Assunto: Apurar ato de improbidade administrativa praticado, em tese, por Ivandro Corrêa Fonseca, ex-Secretário Municipal de Saúde, ante a ausência de formalização dos contratos administrativos para aquisição de medicamentos e outros suprimentos para abastecer a Secretaria Municipal de Saúde Pública.

3. Inquérito Civil nº 28/2015

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sete Quedas

Assunto: Apurar se estão sendo executadas, pela Gestão Estadual e Municipal de Saúde de Sete Quedas, as ações de prevenção/controle vetorial no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, bem como se existe e está sendo devidamente executado o Plano de Contingência para prevenção e enfrentamento da microcefalia relacionada ao *Zika Vírus*.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001614-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Neide Terezinha de Oliveira, Bruno Schindell Neto e Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: Apurar a notícia de atos de improbidade administrativa decorrentes de contratação irregular da empresária individual Neide Terezinha de Oliveira pelo Município de Ribas do Rio Pardo, bem como eventual descumprimento de carga horária estabelecida pelo servidor público municipal Bruno Schindell Neto.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001699-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde do Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerente: Moradores do Corredor Público das Araras.

Assunto: Apurar eventual poluição ambiental causada pelas atividades de extração e transporte de argila pela empresa Cerâmica Cotto Figueira.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00001398-0 – SIGILOSO

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul

7.2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 6/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda União

Assunto: Apurar as irregularidades ambientais constatadas pela Polícia Militar Ambiental na propriedade fazenda União consistente na construção dentro de área de preservação permanente de uma barragem no curso d'água do córrego caraguatá levantada com blocos de pedra, sacos de areia e cimento, provocando a elevação no nível do córrego, bem como de um desvio de parte das águas por um canal (valeta) de aproximadamente trezentos e setenta metros até o local em que foi instalada uma roda d'água, sem licença ou autorização do órgão competente, conforme documentos relacionados ao Ofício nº 107/5ºPELPMA/CPE/PMMS/2016.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.6.2018, a pedido da Relatora.**2. Pedido de Providência nº 29/2005**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: IBAMA

Requeridos: João de Oliveira Lopes Neto, João Flavio Lopes Filho e João Mauricio Gottardi Lopes, fazenda Serra Dourada

Assunto: Desmatamento sem prévia autorização do IBAMA na fazenda Serra Dourada.

3. Notícia de Fato nº 01.2018.00000259-0 – RECURSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Admilson Santos da Silva

Requerido: A apurar

Assunto: Omissão da Câmara Municipal de Camapuã/MS em relação aos requerimentos apresentados por cidadão, protocolos n. 1007, 1027 e 1028, veiculando representações em face do Poder Executivo de Camapuã e seus agentes políticos.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000755-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eduardo Garbin Sgobi

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de maus tratos a animais, consoante o disposto no artigo 32 da Lei n. 9.605/98.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002375-9

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sindicato do Comércio de Ferro Velho e Peças Usadas de Mato

Grosso do Sul

Assunto: Análise quanto à natureza jurídica do Sindicato do Comércio de Ferro Velho e Peças Usadas de MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00000953-5

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis - IBAMA

Requerida: Fábrica Química, Petróleo e Derivados Ltda.

Assunto: Apurar o não cumprimento das normas ambientais e eventual degradação ambiental gerada pela atividade potencialmente poluidora desenvolvida pela empresa Fábrica Química Petróleo e Derivados Ltda.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00001727-9

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar o cumprimento das Recomendações constantes do Relatório de Auditoria n. 205/2017/DENASUS pelo Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.

8. Inquérito Civil nº 06.2017.00000383-0 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

9. Inquérito Civil nº 06.2017.00001175-2 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Caarapó

10. Inquérito Civil nº 06.2017.00000896-9

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de professores temporários, pela rede municipal de ensino, ao invés de convocar professores aprovados em concurso público, realizado através do Edital n. 001/2015.

11. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001493-8

Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades e precariedades na Cadeia Pública da Delegacia de Polícia de Água Clara.

7.2.2.8. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 46/2012

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Naviraí

Assunto: Fiscalizar a execução do Termo de Ajustamento de Conduta nº 031/2007, firmado pelo Ministério Público Estadual e do Trabalho com o município de Naviraí, nos autos de Representação nº 38/2007, em trâmite perante à Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região - Ofício de Dourados (MS), visando a regulamentação do uso do denominado cargo comissionado, dentre outros aspectos.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000689-0

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ponta Porã, Robson S. Coinete

Assunto: Apurar atuação do Município de Ponta Porã com relação à aplicação da legislação urbanística em razão de infração cometida por proprietário de terreno urbano, deixado de forma negligente em condições sanitárias insalubres.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000024-4

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar a causa de inoperabilidade prolongada dos telefones da Prefeitura de Ponta Porã/MS, a qual estaria obstando o acesso da população a informações.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000218-0 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

5. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001477-1

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Espólio de Hercílio Pereira Flores

Assunto: Apuração de notícia de eventual degradação ao meio ambiente, na propriedade denominada Fazenda Alvorada do Sul ou Nova Esperança, de propriedade de Espólio de Hercílio Pereira Flores, representado por marta Aparecida de Menezes.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000364-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Adriano Rosa Barbosa e Christianne Rosa Correa Barbosa

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Morro Alto (ID 214), localizado neste município, no que tange à área de reserva legal, área de preservação permanente e conservação do solo, bem como, verificar a responsabilidade civil dos requeridos, em razão da supressão de vegetação sem autorização ambiental.

7. Inquérito Civil nº 6/2010

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Romualdo Nunes Cavaleiro

Assunto: Apurar eventuais irregularidades jurídicas ambientais e degradação de APP.

8. Inquérito Civil nº 5/2016

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades supostamente cometidas pela empresa Marinete Vasconcelos Bernardi-ME, no fornecimento de alimentação aos presos da Delegacia de Polícia Civil de Água Clara/MS.

ESCOLA SUPERIOR**EDITAL N.º 010/2018****XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMUNICA A DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS do XXI Processo de Seleção de Estagiários, conforme disposição abaixo:

1. DO GABARITO PRELIMINAR

1.1. O Gabarito Preliminar das Provas Escritas (Objetivas), aplicadas em 24 de junho de 2018, encontra-se no ANEXO I deste Edital.

2. DOS RECURSOS

2.1. O candidato poderá recorrer nos **02 (dois)** dias subsequentes à publicação do gabarito preliminar; o modelo de requerimento de recurso encontra-se no ANEXO II deste Edital.

2.2. Se não concordar com o Gabarito Preliminar, o candidato poderá apresentar recurso individual por questão, devidamente preenchido, fundamentado e assinado, devendo ser enviado para o e-mail recursos@fapec.org.

2.3. Se o exame do recurso resultar em anulação de questão da prova, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos.

Campo Grande/MS, 27 de junho de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Presidente da Comissão

ANEXO I – GABARITO PRELIMINAR

CARGO: ENSINO MÉDIO									
1. E	2. D	3. B	4. D	5. B	6. C	7. A	8. B	9. A	10. D
11. B	12. A	13. C	14. C	15. A	16. C	17. A	18. B	19. D	20. B
21. E	22. D	23. C	24. E	25. C	26. A	27. D	28. E	29. B	30. A
31. B	32. D	33. A	34. E	35. B	36. A	37. D	38. E	39. C	40. A
41. A	42. B	43. E	44. D	45. A	46. A	47. C	48. A	49. C	50. B

CARGO: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. B	12. D	13. A	14. A	15. A	16. E	17. D	18. C	19. E	20. B
21. A	22. B	23. D	24. B	25. A	26. B	27. C	28. E	29. A	30. C
31. E	32. A	33. D	34. E	35. A	36. D	37. D	38. A	39. C	40. B

CARGO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS - GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. B	12. D	13. A	14. A	15. A	16. E	17. D	18. C	19. E	20. B
21. E	22. D	23. C	24. B	25. A	26. A	27. B	28. C	29. D	30. E
31. A	32. B	33. B	34. E	35. E	36. D	37. C	38. B	39. A	40. A

CARGO: CIÊNCIAS ECONÔMICAS - GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. B	12. D	13. A	14. A	15. A	16. E	17. D	18. C	19. E	20. B
21. D	22. A	23. E	24. B	25. B	26. D	27. A	28. C	29. E	30. B
31. C	32. D	33. A	34. B	35. E	36. E	37. B	38. A	39. B	40. D

CARGO: ENGENHARIA AMBIENTAL OU SANITÁRIA - GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. B	12. D	13. A	14. A	15. A	16. E	17. D	18. C	19. E	20. B
21. B	22. D	23. C	24. E	25. D	26. B	27. E	28. C	29. E	30. D
31. A	32. C	33. C	34. B	35. A	36. C	37. D	38. B	39. E	40. A

CARGO: SERVIÇO SOCIAL - GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. B	12. D	13. A	14. A	15. A	16. E	17. D	18. C	19. E	20. B
21. A	22. B	23. B	24. B	25. D	26. A	27. B	28. C	29. C	30. A
31. D	32. A	33. A	34. E	35. D	36. D	37. B	38. C	39. A	40. B

CARGO: SEGURANÇA DO TRABALHO - GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. B	12. D	13. A	14. A	15. A	16. E	17. D	18. C	19. E	20. B
21. B	22. C	23. E	24. B	25. C	26. C	27. E	28. C	29. D	30. E
31. A	32. B	33. D	34. D	35. C	36. D	37. D	38. A	39. C	40. D

CARGO: LETRAS - GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. B	12. D	13. A	14. A	15. A	16. E	17. D	18. C	19. E	20. B
21. D	22. B	23. A	24. E	25. B	26. A	27. E	28. E	29. B	30. C
31. D	32. E	33. B	34. A	35. E	36. A	37. C	38. B	39. C	40. C

CARGO: GEOGRAFIA - GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. B	12. D	13. A	14. A	15. A	16. E	17. D	18. C	19. E	20. B
21. E	22. B	23. A	24. D	25. C	26. C	27. A	28. B	29. E	30. D
31. A	32. B	33. E	34. E	35. C	36. C	37. B	38. A	39. D	40. B

CARGO: ENGENHARIA ELÉTRICA - GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. B	12. D	13. A	14. A	15. A	16. E	17. D	18. C	19. E	20. B
21. C	22. E	23. A	24. D	25. C	26. C	27. B	28. E	29. B	30. E
31. B	32. D	33. A	34. E	35. C	36. D	37. A	38. C	39. E	40. B

CARGO: ENGENHARIA CIVIL - GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. B	12. D	13. A	14. A	15. A	16. E	17. D	18. C	19. E	20. B
21. D	22. A	23. B	24. C	25. D	26. D	27. E	28. B	29. A	30. D
31. B	32. E	33. A	34. E	35. C	36. C	37. A	38. C	39. E	40. B

CARGO: ARQUITETURA E URBANISMO - GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. B	12. D	13. A	14. A	15. A	16. E	17. D	18. C	19. E	20. B
21. B	22. E	23. C	24. A	25. C	26. D	27. A	28. C	29. B	30. C
31. D	32. D	33. B	34. C	35. A	36. E	37. D	38. E	39. E	40. B

CARGO: ENGENHARIA AGRÔNOMICA - GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. B	12. D	13. A	14. A	15. A	16. E	17. D	18. C	19. E	20. B
21. A	22. D	23. E	24. A	25. D	26. B	27. B	28. D	29. C	30. D
31. C	32. D	33. B	34. C	35. D	36. C	37. C	38. A	39. E	40. E

CARGO: COMUNICAÇÃO E JORNALISMO – GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. B	12. D	13. A	14. A	15. A	16. E	17. D	18. C	19. E	20. B
21. D	22. C	23. B	24. A	25. B	26. D	27. C	28. E	29. D	30. B
31. D	32. E	33. A	34. D	35. B	36. E	37. C	38. D	39. C	40. E

CARGO: DIREITO - GRADUAÇÃO									
1. B	2. D	3. A	4. A	5. A	6. A	7. B	8. C	9. D	10. A
11. B	12. C	13. D	14. E	15. A	16. B	17. C	18. D	19. E	20. A
21. B	22. C	23. D	24. E	25. A	26. B	27. C	28. A	29. D	30. E
31. B	32. E	33. D	34. D	35. E	36. A	37. C	38. B	39. D	40. C

CARGO: ADMINISTRAÇÃO - GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. B	12. D	13. A	14. A	15. A	16. E	17. D	18. C	19. E	20. B
21. C	22. C	23. A	24. D	25. C	26. D	27. E	28. B	29. A	30. B
31. A	32. B	33. B	34. E	35. C	36. D	37. A	38. E	39. E	40. D

CARGO: TECNOLOGIA EM PRODUÇÃO MULTIMÍDIA - GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. E	12. D	13. C	14. E	15. B	16. E	17. D	18. B	19. C	20. A
21. C	22. E	23. D	24. C	25. B	26. A	27. A	28. C	29. A	30. B
31. E	32. A	33. D	34. B	35. E	36. D	37. C	38. C	39. D	40. E

CARGO: TECNOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS OU TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. E	12. D	13. C	14. E	15. B	16. E	17. D	18. B	19. A	20. C
21. A	22. B	23. C	24. E	25. D	26. D	27. C	28. B	29. E	30. A
31. C	32. A	33. B	34. C	35. E	36. A	37. C	38. D	39. B	40. E

CARGO: CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO - GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. E	12. D	13. C	14. E	15. B	16. E	17. C	18. A	19. B	20. B
21. D	22. E	23. D	24. B	25. D	26. E	27. B	28. D	29. B	30. D
31. A	32. D	33. D	34. E	35. C	36. C	37. B	38. E	39. E	40. D

CARGO: PUBLICIDADE E PROPAGANDA - GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. B	12. D	13. A	14. A	15. A	16. E	17. D	18. C	19. E	20. B
21. B	22. C	23. A	24. D	25. E	26. C	27. B	28. A	29. B	30. C
31. A	32. D	33. B	34. D	35. C	36. A	37. B	38. E	39. D	40. C

CARGO: ADMINISTRAÇÃO – PÓS-GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. B	12. D	13. A	14. A	15. A	16. E	17. D	18. A	19. C	20. C
21. A	22. E	23. D	24. B	25. C	26. E	27. A	28. E	29. E	30. D
31. E	32. B	33. B	34. A	35. E	36. A	37. A	38. D	39. A	40. E
41. C	42. D	43. B	44. D	45. B	46. E	47. C	48. B	49. D	50. C

CARGO: ÁREA AMBIENTAL – PÓS-GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. B	12. D	13. A	14. A	15. A	16. E	17. D	18. A	19. C	20. C
21. A	22. E	23. D	24. B	25. C	26. D	27. B	28. C	29. D	30. E
31. D	32. C	33. B	34. A	35. D	36. C	37. D	38. A	39. A	40. B
41. C	42. A	43. C	44. A	45. E	46. B	47. B	48. A	49. B	50. D

CARGO: PSICOLOGIA – PÓS-GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. B	12. D	13. A	14. A	15. A	16. E	17. D	18. A	19. C	20. C
21. A	22. E	23. D	24. B	25. C	26. E	27. A	28. D	29. C	30. B
31. E	32. A	33. A	34. D	35. D	36. B	37. E	38. A	39. C	40. C
41. D	42. C	43. B	44. D	45. A	46. D	47. E	48. A	49. C	50. A

CARGO: ECONOMIA – PÓS-GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. B	12. D	13. A	14. A	15. A	16. E	17. D	18. A	19. C	20. C
21. A	22. E	23. D	24. B	25. C	26. C	27. B	28. D	29. A	30. B
31. C	32. E	33. E	34. D	35. B	36. A	37. C	38. A	39. E	40. B
41. B	42. A	43. C	44. E	45. B	46. A	47. E	48. D	49. E	50. D

CARGO: SERVIÇO SOCIAL – PÓS-GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. B	12. D	13. A	14. A	15. A	16. E	17. D	18. A	19. C	20. C
21. A	22. E	23. D	24. B	25. C	26. A	27. C	28. D	29. D	30. A
31. C	32. B	33. B	34. B	35. D	36. E	37. E	38. E	39. D	40. A
41. E	42. B	43. C	44. C	45. D	46. A	47. C	48. D	49. A	50. B

CARGO: DIREITO – PÓS-GRADUAÇÃO									
1. B	2. D	3. A	4. A	5. A	6. A	7. A	8. E	9. B	10. A
11. B	12. E	13. C	14. E	15. B	16. B	17. D	18. B	19. C	20. A
21. E	22. C	23. C	24. A	25. A	26. D	27. E	28. B	29. C	30. E
31. B	32. A	33. A	34. B	35. D	36. C	37. C	38. A	39. C	40. E

CARGO: DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS – PÓS-GRADUAÇÃO									
1. C	2. B	3. C	4. A	5. E	6. E	7. A	8. A	9. B	10. E
11. E	12. D	13. A	14. C	15. C	16. A	17. E	18. D	19. B	20. C
21. D	22. B	23. C	24. A	25. E	26. D	27. E	28. B	29. C	30. B
31. C	32. A	33. E	34. D	35. A	36. C	37. B	38. D	39. C	40. B
41. E	42. E	43. D	44. B	45. C	46. C	47. D	48. B	49. D	50. B

ANEXO II - MODELO DE FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Recurso contra o gabarito preliminar do **XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, publicado no edital nº _____.

Eu, _____,
 residente à _____, número _____,
 bairro _____ CEP _____, Cidade _____
 _____, Estado _____,
 portador do CPF nº _____, inscrição nº _____, concorrente a uma vaga para o cargo de _____,
 apresento recurso junto à Comissão,
 contra o gabarito preliminar constante no referido edital. A questão objeto de contestação é nº: _____
 Os argumentos com os quais contesto a referida questão são: _____

Para fundamentar essa contestação, encaminho anexos os seguintes documentos:

Local _____, ____ de _____ de 2018.

 Nome completo/Assinatura do candidato

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que, com referência à Licitação Pregão Eletrônico nº 1/PGJ/2018 (Processo nº PGJ/10/1448/2018), destinado à aquisição de veículos, tipo Furgão, ano de fabricação e modelo 2018/2018 ou superior, e veículo Caminhão Baú (incluindo fornecimento do baú devidamente instalado), ano de fabricação e modelo 2018/2018 ou superior, a sessão de abertura dos envelopes foi suspensa para reanálise das condições do objeto.

Campo Grande, 27 de junho de 2018.

Hermes Alencar de Lima

Pregoeiro/PGJ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/PGJ/2016.**

Processo PGJ/10/2098/2015.

Partes:

1 - **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2 - **ALPHA TERCEIRIZAÇÃO EIRELI**, representada por **Cláudio Nunes Silva**.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual por 3 (três) meses.

Valor estimado mensal: R\$685.770,83.

Amparo Legal: Art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Vigência contratual: 01/07/2018 a 30/09/2018.

Data da assinatura: 19 de junho de 2018.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2016

Extrato do **Segundo Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2016**, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL, representado pelo Procurador-Geral de Justiça Paulo Cezar dos Passos e pelo Procurador de Justiça e Ouvidor do MP/MS, Silasneiton Gonçalves ; a CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representada por seu Chefe, José Paulo Julieti Barbiere; a DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL, representada por seu Analista Tributário Jackson Alberto Souza Diniz; a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, representada por seu Reitor em exercício, Márcio Eduardo de Barros, com interveniência de sua Ouvidoria, neste ato representada por sua Ouvidora, Ariane Rigotti; o HOSPITAL UNIVERSITÁRIO MARIA APARECIDA PEDROSSIAN DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Superintendente em exercício, Maria José Martins Maldonado, com interveniência de sua Ouvidoria, neste ato representada por sua Ouvidora, Claudia Cristina de Carvalho; o HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, representado por sua Superintendente, Mariana Trinidad Ribeiro da Costa Garcia Croda, com interveniência de sua Ouvidoria, neste ato representada por sua Ouvidora, Edméia Barrios de Azambuja Gonçalves; a AUDITORIA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representada por sua Auditora-Geral, Tatiana Silva da Cunha; a AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL, representada por seu Diretor-Presidente, Youssif Assis Domingos, com interveniência de sua Ouvidoria, neste ato representada por sua Ouvidora, Cristiane Figueiredo Leite Ferreira; a SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, representada por sua Ouvidora, Fernanda Cristina Rodrigues; o MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS, representado por seu Ouvidor, Valmir Messias de Moura Fé; o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL), representado por seu Superintendente Regional Substituto, Daniel Tadão Yamamoto, com interveniência de sua Ouvidoria, neste ato representada por seu Ouvidor, Argemiro Hernandez Alves; o MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL/MS, representado por seu Prefeito Municipal, Luiz Felipe Barreto de Magalhães, com interveniência de sua Ouvidoria, neste ato representada por seu Ouvidor, Marcelo José Lacerda Flores; a FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE – FUNSAÚDE HOSPITAL MUNICIPAL JOSÉ VALDIR ANTUNES DE OLIVEIRA/MS, representada por sua Presidente, Janaína Monteiro Candeloro Gonçalves; a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE CAMPO GRANDE, representada por seu Presidente, Esacheu Cipriano do Nascimento, com interveniência de sua Ouvidoria, neste ato representada por seu Ouvidor, Gilton Almeida Silva; o SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Diretora-Superintendente em exercício, Maristela de Oliveira França, com interveniência de sua Ouvidoria, neste ato representada por sua Ouvidora, Liane dos Santos Pereira; o MUNICÍPIO DE CORGUINHO/MS, representado por seu Prefeito Municipal, Dalton de Souza Lima, com interveniência de sua Controladoria, neste ato representada pela Controladora Interna Municipal, Adriana Aparecida de Oliveira; o MUNICÍPIO DE RIBAS DO RIO PARDO/MS, representado pelo Coordenador Interno, Julierme Aparecido de Sousa Lopo; a SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PONTA PORÃ/MS, representada por seu Secretário, Ulisses César Alcarás, com interveniência de sua Ouvidoria, neste ato representada por seu Ouvidor, Geraldo Aparecido Dantas; o MUNICÍPIO DE INOCÊNCIA/MS, representado por seu Prefeito Municipal, Antonio Angelo Garcia dos Santos, com interveniência de sua Ouvidoria, neste ato representada por sua Ouvidora, Michele da Silva; o MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA/MS, representada pelo Controlador Interno, Jacinto Saracho Peres; o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Reitor, Luiz Simão Staszczak, com interveniência de sua Ouvidoria, neste ato representada por sua Ouvidora, Jane Amaral de Castro; o CONSELHO DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Presidente, Dirson Artur Freitag, com interveniência de sua Ouvidoria, neste ato representada por seu Ouvidor, Edir Soares da Cunha; o MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA/MS, representado por seu Secretário Municipal de Finanças e Gestão, Arion Aislan de Sousa, com interveniência de sua Ouvidoria, neste ato representada por seu Ouvidor, David Trindade Galieço e o MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO/MS, representada por sua Ouvidora, Cristiane Mendes Vieira Neves.

Processo: PGJ/10/2710/2016.

Amparo Legal: Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003.

Objeto: Prorrogação da vigência do Convênio por mais 2 (dois) anos.

Vigência 01.07.2018 até 01.07.2020.

Data da assinatura: 26 de junho de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL 0049/2018/05PJ/CBA**

Autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00001941-5

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2018.00001941-5, em conversão do formato físico do Inquérito Civil 030/2016 para o formato digital, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: OI S/A.

Assunto: Apurar violação aos direitos dos consumidores de Corumbá, pela empresa de Telefonia OI S/A, consistente em práticas abusivas e na precária prestação dos serviços de telefonia, Internet e sinal de TV Digital, oferecidos pela citada concessionária, em infringência ao disposto no art. 39 do Código de Defesa do Consumidor, em razão de migração eletrônica do Inquérito Civil nº 30/2016.

Corumbá/MS, 25 de junho de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0050/2018/05PJ/CBA

Autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00001942-6

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2018.00001942-6, em conversão do formato físico do Inquérito Civil 060/2013 para o formato digital, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Corumbá/MS

Assunto: Apurar irregularidade nos registros imobiliários do Lote "M", Lote "N" (metade) e Lote "O", todos localizados na Rua América, Quadra "D", Bairro Dom Bosco, em Corumbá, junto a Prefeitura Municipal, perda de receita com falta de fiscalização e efetivação das cobranças dos tributos municipais, bem como fomentar a comunicação entre o Cartório de Registro de Imóveis e a Prefeitura de Corumbá, em razão da migração eletrônica do Inquérito Civil 060/2013.

Corumbá/MS, 25 de junho de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

FÁTIMA DO SUL

EDITAL Nº. 22/2018

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul-MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00002324-8 no Inquérito Civil Público n. 06.2017.00002324-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, n. 810, Jardim Ipiranga, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

Inquérito Civil Público n. 06.2017.00002324-8

Requerente: Anônimo

Requerido: Município de Vicentina

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação da empresa SIGMA pelo Município de Vicentina, através dos Pregões Presenciais n. 09/2017 e 19/2017, para prestação de serviços de consultoria e assessoria.

Fátima do Sul-MS, 13 de junho de 2018.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Promotor de Justiça

IVINHEMA

EDITAL N. 0019/2018/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a migração do Inquérito Civil n. 001/2PJIv/2017 para o sistema SAJ/MP, passando a tramitar sob o número abaixo, cumprindo determinação contida no art. 56 da Resolução n. 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, que está à disposição de quem possa interessar na Praça dos Poderes, 900, Ivinhema/MS - CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00001855-0

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema

Requerido: Aparecido de Jesus Fiordelice

Objeto: Apurar eventual prática de desmatamento ilegal de 4,40ha, noticiada através do Parecer 19/16Nugeo, ocorrido entre os anos de 2013 a 2015, apurada pela ocasião da deflagração da operação Cachorro Vinagre, ocorrido na zona rural deste município de Ivinhema, inicialmente apurados nos autos físicos do Inquérito Civil n. 001/2PJI/2017.

IvinhemaMS, 26 de junho de 2018

JULIANA MARTINS ZAUPA

Promotora de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0086/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002343-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002343-0

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Município de Ponta Porã

Assunto: Acompanhar os encaminhamentos pela rede de atenção psicossocial em relação ao cidadão M.P.A.

Ponta Porã/MS, 26 de junho de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0087/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração/recebimento do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002036-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002036-6

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Caixa Econômica Federal e Município de Ponta Porã/MS.

Assunto: Apurar a ilegalidade na alienação e locação de casas populares no conjunto habitacional Kamel Saad.

Ponta Porã/MS, 26 de junho de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0088/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração/recebimento do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002034-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002034-4

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Ponta Porã/MS.

Assunto: Apurar a adequada estruturação da Procuradoria Jurídica do Município de Ponta Porã, bem como a existência de advogados contratados temporariamente pelo Município de forma ilegal.

Ponta Porã/MS, 26 de junho de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0089/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração/recebimento do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002038-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002038-8

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Estado de Mato Grosso do Sul e Instituto Gerir - Hospital Regional Doutor José de Simone Neto

Assunto: Apurar possível negligência médica ocorrida no atendimento de gestante no Hospital Regional de Ponta Porã/MS.

Ponta Porã/MS, 26 de junho de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça.

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL Nº 0017/2018/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002032-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Diniz Ação Em Marketing Ltda, Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: apurar eventuais irregularidades na execução contratual de serviços de publicidade contratados pelo Município de Ribas do Rio Pardo.

Ribas do Rio Pardo, 27 de junho de 2018.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

BATAYPORÃ

EDITAL Nº 010/2018

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2018.00001696-2, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001696-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Primavera Gleba L

Assunto: apurar ilícito ambiental praticado pelo proprietário do imóvel rural denominado Fazenda Primavera Gleba L, tendo em vista a supressão vegetal, sem autorização do órgão ambiental competente.

Batayporã, 25 de junho de 2018.

BIANKA MACHADO ARRUDA MENDES

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 011/2018

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2017.00002312-6, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002312-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposto desvio de função ocorrido na Prefeitura de Batayporã, tendo em vista que servidores aprovados no concurso para ocuparem o cargo de serviços gerais, dentista, agente de saúde, entre outros, estão exercendo a função de técnico de enfermagem.

Batayporã, 25 de junho de 2018.

BIANKA MACHADO ARRUDA MENDES

Promotora de Justiça

INOCÊNCIA

EDITAL N. 15/2018

A Promotoria de Justiça da comarca de Inocência/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, n.º 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001936-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: ALL – América Latina Logística Malha Norte S/A

Assunto: Apurar eventual incêndio provocado para controle de vegetação às margens da linha férrea – km 182-186.

Inocência-MS, 15 de junho de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em substituição legal.

EDITAL N. 16/2018

A Promotoria de Justiça da comarca de Inocência/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, n.º 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002008-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Inocência

Assunto: Apurar causas de acidente envolvendo veículo utilizado no transporte escolar.

Inocência-MS, 21 de junho de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em substituição legal.

SETE QUEDAS

EDITAL Nº 0003/2018/PJ/STQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00002028-8.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sete Quedas

Assunto: Acompanhamento de Plano Municipal de Saneamento Básico Municipal e elaboração e construção da rede de tratamento de esgoto.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça.

Sete Quedas/MS, 26 de junho de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça